

O CENTRO DA TEOLOGIA PAULINA

PRIMEIRA PARTE

Patrick Ferreira¹

RESUMO

Por muitos anos, considerou-se a justificação pela fé como o tema central da teologia paulina tanto em Romanos como nas demais cartas. Essa posição tem sido contestada, entretanto, em discussões recentes. Este primeiro artigo de uma série de dois descreve o debate corrente e estabelece o pano de fundo contra o qual será proposta uma resolução dessa tensão.

PALAVRAS-CHAVE: Romanos; Justificação pela fé; Participação em Cristo.

ABSTRACT

For many years righteousness by faith was considered Paul's central theme as well as the *raison d'être* of Romans and his other epistles. This view has received increasing opposition, however, in recent debates. This first article -- in a series of two -- describes the current debate and sets the background against which a solution for this tension will be sought.

KEY-WORDS: Romans; Righteousness by faith; Participation in Christ.

¹ Patrick Ferreira é bacharel em teologia pelo SALT-IAENE e graduado em pedagogia pelas Faculdades Adventistas da Bahia. Atualmente trabalha como coordenador de capelania escolar na Associação Paulista Leste da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Agradecimentos ao Dr. Milton L. Torres, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, por ter lido o manuscrito e ter feito valiosas sugestões para sua melhora.

INTRODUÇÃO

Um dos mais acalorados debates nos estudos do NT é a indagação a respeito do seu tema central e da sua unidade (HASEL, 1988, p. 110). Essa questão envolve, em muitos aspectos, o próprio âmago do debate atual sobre a natureza da teologia de Paulo. A apresentação de uma teologia com base num único ou múltiplos centros, não importando como ele é definido, tem fomentado muitos comentários e investigações a esse respeito.

Pouco se sabe sobre o contexto social e histórico da igreja cristã de Roma na época em que Paulo lhe escreveu uma carta. Por essa razão, o antigo documento paulino tem sido diversamente entendido como polêmico, conciliatório, apologético ou, no mínimo, proflático (LENSKI, 1945, p. 11).

Por muitos anos, a justificação pela fé tinha sido considerada como o tema central de Paulo tanto em Romanos como nas suas demais cartas conhecidas. Essa posição tem sido contestada, entretanto, em debates recentes (MCRAY, 2000) e requer uma contribuição que possibilite a resolução da tensão agora existente entre os teólogos que propõem esse tema e aqueles que a ele objetam.

O cerne da teologia paulina passou a ser questionado, quando esses estudiosos começaram a realizar pesquisas sobre o farisaísmo judaico do primeiro século, e avaliar que a interpretação, comumente aceita, de que eles eram legalistas estava equivocada. Como resultado, surge um vasto número de propostas a respeito da coerência da teologia de Paulo e do conceito principal pelo qual o apóstolo estruturara toda a sua teologia e principalmente sua epístola aos Romanos. Nasce, então, a era da “nova perspectiva sobre Paulo”, que considera, dentre outras coisas, a justificação pela fé como um tema secundário na teologia paulina.

Dentre os especialistas, Albert Schweitzer foi um dos mais

influentes a afirmar que o tema da “participação em Cristo” era o conceito principal da teologia paulina. Os debates subsequentes sobre a validade da “nova perspectiva” como um todo e em suas partes continuam a engajar estudiosos e a produzir diferentes leituras do texto.

Este estudo tem como objetivo analisar a teologia paulina em Romanos a fim de se propor uma estrutura unificadora e redutora da tensão ali existente entre a justificação pela fé e a participação em Cristo. Para isso, neste primeiro artigo, é feita uma análise da influência da interpretação da teologia paulina e seu desenvolvimento histórico. Em um próximo artigo, será feita uma análise da estrutura argumentativa dialética, considerando sua origem e sua utilização no decorrer da história, e sua influência no pensamento paulino. Pretende-se apresentar, então, a estrutura dialética utilizada por Paulo como solucionadora da tensão entre os dois temas conflitantes: o modelo judicial e o participacionista.

Espera-se que isso contribua para fornecer um entendimento mais adequado a respeito da teologia paulina e da sua unidade, propondo, assim, uma solução para a tensão entre a justificação e a participação em Cristo. Apesar de a questão da unidade e centralidade da teologia paulina ser amplamente questionada em relação a todas as suas epístolas (BORG, 2001, p. 245-263; WILES, 2000; SCROGGS, 1977), este artigo se limita a tratar este tema apenas em conexão com a Epístola aos Romanos.

O DESENVOLVIMENTO DA TEOLOGIA PAULINA

Descobrir um tema unificador que auxilie na estruturação, organização e formulação de uma teologia é uma tarefa árdua e, no que diz respeito ao todo do Novo Testamento, isso parece ser ainda mais desafiador. Entretanto, de forma mais específica, a epístola de Paulo aos Romanos tem sido objeto de um desses debates. A forma como se lê Romanos reflete diferentes entendimentos da teologia de Paulo e de seu

lugar como um dos fundadores do cristianismo. Isso se reveste de maior importância porque Paulo foi um dos grandes responsáveis pela mudança teológica do judaísmo para o cristianismo.

Ao longo dos anos, tem-se questionado a autoria de algumas das epístolas paulinas (SCHELKLE, 1977, p. 117-123; PALEY, 2002, p. 9-47, 245-269). No entanto, uma das epístolas cuja autoria paulina permaneceu sem ser questionada foi Romanos, que ficou conhecida, dentre outras coisas, como umas das “cartas principais” (LOPES, 2000, p. 4).

Trata-se de um documento muito importante, talvez o teologicamente mais rico e substancioso do Novo Testamento, objeto de estudos a partir da Patrística e da Idade Média, com interpretações às vezes conflitantes, em particular na época da Reforma (CASALEGNO, 2001, p. 109).

Paulo era considerado como um antinomista, oposto à Lei de Moisés, um sério oponente do judaísmo do primeiro século. Ele foi visto como aquele que teve o principal papel na separação entre o cristianismo e o judaísmo em seus dias (MCRAE, 2000). Assim, a teologia da Reforma considerou, em termos gerais, que o tema central da teologia de Paulo e conseqüentemente da epístola aos Romanos era a pregação paulina da justificação pela fé. As expressões jurídicas encontradas na epístola foram de fundamental importância na intensa luta contra o legalismo católico romano. Isso foi explorado, de forma mais intensa, por Lutero, quando, em sua maturidade (GONZÁLEZ, 1995, p. 65), sistematizou sua visão teológica em três afirmações: *sola Scriptura*, *sola gratia* e *justificatio sola fide* (MARTINA; MOREIRA, 1997, p. 126-130).

O TEMA CENTRAL DA TEOLOGIA PAULINA DE ACORDO COM OS REFORMADORES

Por ser atormentado por uma consciência culpada, Lutero buscava salvação nas obras meritórias do catolicismo de sua época, até que

compreendeu a doutrina paulina da justificação pela fé mediante a graça, sem as obras da lei, por sua interpretação da teologia paulina se dar, principalmente, a partir do livro de Romanos (JEDIN, 1986, p. 74-78). Ele chegou a entender que a justificação pela fé não somente era o *Mitte* da teologia paulina, mas também de todo o restante do Novo Testamento, “o artigo pelo qual a igreja se mantém ou cai” (LOPES, 2000, p. 10; GEORGE, 1993, p. 64; SCHAFF, 1998, p. 216).

Para Calvino (2001 [1540], p. 23), a justificação pela fé era o “assunto principal de toda a Epístola”. Assim, na tradição calvinista, essa doutrina teve também um significado dominante na divergência com Roma. Sua grande realização foi justamente tomar os conceitos clássicos da Reforma e dar-lhes uma exposição clara e sistemática. Calvino a considerou como a chave para a compreensão do evangelho em sua totalidade (BERKOUWER, 1954, p. 97). Ridderbos (1979, p. 23) acrescenta que o evangelho da justificação somente através da fé, sem as obras da lei, resultou ser novamente o único e poderoso meio para libertar a consciência escravizada e emancipar o espírito da escravidão legal pela segurança da reconciliação e adoção como filhos de Deus. Devido a uma divergência tão patente, Ridderbos (1979, p. 23) sugere que não devemos estranhar que Paulo tenha sido a consciência da fé reformada e que toda a sua teologia tenha sido considerada desse ponto de vista.

Por causa dessa ênfase dada pelo Movimento da Reforma, contra a doutrina católica da justificação pelas obras, acredita-se (SCHWEITZER, 2006 [1931], p. 290; DAVIES, 1965, p. 122) que a interpretação da teologia de Paulo foi posta em risco, e que os que pregavam essa teoria podem ter tido uma trágica experiência, pois depois disso sua teologia foi vista como fundamentada na doutrina da justificação pela fé, simplesmente para fazer dela um ponto-chave da apologia contra o catolicismo romano. Essa forma de compreender a teologia paulina tem um caráter nitidamente antinomista e avesso ao legalismo:

Influenciada pela experiência espiritual de Martinho Lutero, uma interpretação Protestante tradicional vê Paulo reagindo contra um judaísmo que era uma religião de obras em vez de fé, de fazer ao invés de confiar. A luta de Lutero para obter paz com Deus foi resolvida quando ele começou a interpretar Paulo ensinando uma maneira fundamentalmente diferente, de relacionar-se com Deus em contraste com a maneira do judaísmo. Lutero levou a descrição de Paulo e dos judeus e da religião do Antigo Testamento através das lentes de sua própria experiência com o Catolicismo Romano Medieval que enfatizava a importância das obras de penitência (sem mencionar a venda de indulgências) para ajudar a garantir a salvação própria. No entendimento de Lutero a justificação pela fé, sem as obras, se converteu para ele e seus seguidores na verdade decisiva em Cristo, e o centro da teologia de Paulo (THOMPSON, 2002, p. 3).

Howell (1994, p. 50) diz que os teólogos reformadores tomaram as ocorrências das expressões do grupo de termos ligado ao ato de “tornar justo” (*δικαίωω*) como a “força integrante na articulação do Evangelho cristão”, são elas: o verbo *δικαίωω* (“justificar, tornar justo”), o substantivo *δικαιοσύνη* (“justificação”) e o adjetivo *δίκαιος* (“justo”). Respectivamente as três expressões ocorrem no escritos paulinos, 27 vezes (69% das 39 ocorrências no NT); 58 vezes (63% das 92 ocorrências no NT); e 17 vezes (22% das 79 ocorrências neotestamentárias). Além disso, quatro cognatos desse grupo de palavras ocorrem 11 vezes em Paulo, isso constitui 61% das ocorrências do NT. Esses sete termos judiciais aparecem num total de 113 vezes, ocupando 49% das 228 vezes em que ocorrem no NT. Isso, segundo ele, pode ter influenciado a visão dos teólogos reformadores (HOWELL, 1994, p. 50 e 51).

Como dito anteriormente, Lutero fundamentou sua teologia, na sua experiência de conversão quando estudava o livro de Romanos. Já que 57%, i.e. 64 das ocorrências do grupo *δικαίωω*, no Novo Testamento, encontram-se na Epístola aos Romanos, seria natural que Lutero e seus sucessores tomassem como base a justificação pela fé como tema principal da teologia paulina (SCHAFF, 1998, p. 230), especialmente diante da situação histórica em que viviam. Após a Reforma, no entanto, o centro deslocou-se do aspecto forense e legal (justificação) da *história*

da salvação para uma abordagem de ordem salvífica, relacionada com a apropriação pessoal da redenção. Sob a influência do pietismo, do misticismo e do moralismo, a ênfase partiu para a apropriação individual da salvação dada em Cristo e seu efeito espiritual e moral na vida dos crentes (RIDDERBOS, 1979, p. 24).

Essa nova situação histórica, caracterizada por

...uma reação à ortodoxia “morta”, enfatizou mais aspectos práticos e “espirituais” da pregação de Paulo. A mensagem do apóstolo passou a ser entendida mais em termos do seu ensinamento sobre o Espírito Santo e conduta ética. O contraste “espírito” e “carne”, tão frequente em Paulo, era entendido mais em termos éticos, “espírito” como sendo Espírito Santo ou a natureza regenerada do homem e “carne” referindo-se à natureza decaída do homem (LOPES, 2000, p. 10).

Käsemann (2003, p. 116) afirma que o posicionamento quanto ao colocar a mensagem da justificação pela fé como uma abordagem secundária da teologia, separa definitivamente o protestantismo moderno da interpretação de Paulo, posição dada anteriormente pela Reforma, e que essa ruptura parecia ser inevitável, principalmente porque “a Escritura não é mais, rigorosamente falando, o fundamento e o juiz da igreja, mas o documento de sua tradição e edificação” (KÄSEMANN, 2003, p. 104). Uma nova situação histórica levou à mudança da visão sobre a teologia de Paulo. Sua posição quanto a isso é, no entanto, que a centralidade da teologia paulina está na justificação pela fé. Apresenta-a, portanto, como uma faceta da categoria mais abrangente da “justiça de Deus”, que ele interpreta, porém, como intervenção de Deus na história para reivindicar para si sua criação e para trazer salvação para seu povo (KÄSEMANN, 2003, p. 121-131). Segundo ele, sem a perspectiva histórico-salvífica, “não é possível compreender a Bíblia em geral e Paulo em particular”.

Apesar das críticas que são feitas ao seu posicionamento e quanto às suas considerações relativas à “história da salvação”, ele diz que a discussão sobre se Paulo desenvolve ou não uma teologia baseada nesse tema, não é um problema de teologia, mas uma situação exegética

comum, relacionada a preconceitos sistemáticos (KÄSEMANN, 2003, p. 108). Para ele, não se deve considerar a antropologia como um tema central em Paulo. Pensar dentro da categoria da “história da salvação”, é dividir a “história do mundo em épocas de Adão, de Abraão, de Moisés e de Cristo”, também é ver a criação se dirigindo em direção ao juízo final, passando pela queda e pela redenção (KÄSEMANN, 2003, p. 107-108).

Käsemann (2003, p. 117) não nega que a imagem da doutrina da justificação pela fé seja uma “doutrina antijudaica”, mas ele questiona se pelo simples fato de ela ter sido uma doutrina de “luta”, condicionada pela época, deve ser ela considerada superada (KÄSEMANN, 2003, p. 118). Ele conclui, portanto, que a justificação pela fé é dominante em toda a carta de Paulo aos Romanos, elevando o tema da história da salvação e funcionando, a partir de então, como norma superior em toda a Escritura (KÄSEMANN, 2003, p. 124-125).

Carson (2000, p. 89) declara que alguns (MAIER, 1977, p. 40; KUNG, 1970, p. 175-204) interpretam os argumentos de Käsemann como pretensiosos, afirmando que ele não só põe a “justiça de Deus” como o centro da teologia de Paulo, mas como o tema que domina todo o seu pensamento, transformando-o na única fórmula que unifica o histórico e o apocalíptico, o existencial e o escatológico. Ao fazer isso, Käsemann pode ter ido longe demais, porque ele “baniu linhas importantes e pensamentos básicos da Escritura”, e utilizou dessa premissa para formar um cânon dentro do cânon, utilizando a justificação pela fé como critério pelo qual outras doutrinas deveriam ser julgadas (CARSON, 2000, p. 89; CARSON, 2001, p. 16).

O TEMA CENTRAL DA TEOLOGIA PAULINA DE ACORDO COM OS TEÓLOGOS DO SÉCULO XX E XXI

Com o passar do tempo, as tendências filosóficas têm afetado direta ou indiretamente o estudo da teologia bíblica. Schelkle (1977, p. 18-

20), ao comentar sobre a problemática atual na interpretação da teologia do Novo Testamento, apresenta essas tendências divididas em quatro correntes: a interpretação fundada na história das religiões, que sugere uma exegese considerando as concepções religiosas como influentes na formação do Novo Testamento; a interpretação escatológica, que focaliza sua exegese na eminente vinda de Cristo e a necessidade de sua atitude escatológica como decisiva para a explicação do texto bíblico; a interpretação da história das formas, que valoriza a formação e a origem da forma dos textos neotestamentários; e a interpretação existencial, que, segundo ele (1977, p. 19), se tornou um movimento importante na filosofia atual, e “estuda os textos a interpretar sob o aspecto de como os homens se entenderam a si mesmos no mundo ou perante Deus”. Essas tendências podem estar influenciando a interpretação da teologia paulina nos debates deste século. Elas acabam, às vezes, por se confundir uma às outras (SCHELKLE, 1977, p. 18-20).

No início do século passado, Albert Schweitzer (2006 [1931], p. 283-291), teólogo liberal, defendeu que a justificação pela fé não passava de uma doutrina de “combate” que Paulo teria utilizado contra os judaizantes (WRIGHT, 2002, 19) e a qual, posteriormente, pela mesma razão, Lutero e os teólogos reformadores teriam superenfaticado para combater o catolicismo romano. Segundo ele, o verdadeiro tema de Romanos achase no trecho de Rm 6-8, no qual é esboçada a união com Cristo e a obra do Espírito de Deus (SCHWEITZER, 2006 [1931], p. 283).

Schweitzer, como o “mais radical” representante da escola da história das religiões (HÄGGLUND, 1973, p. 342), foi o principal teólogo a estabelecer uma distinção clara entre judaísmo palestino e helenístico (MCRAE, 2000). Ele dividiu o judaísmo palestino em rabínico e apocalíptico, colocando Paulo em uma categoria posterior ao que comumente o colocavam, porque, segundo ele (apud MCRAE, 2000), os judeus contemporâneos de Paulo não estavam preocupados

com as indagações sobre a lei, o que era tomado como uma característica rabínica, mas inquietos quanto aos acontecimentos futuros. Fazendo isso, ele dá uma abordagem essencialmente escatológica a sua teologia.

Schweitzer (2006 [1931], p. 289) argumenta que o “estar em Cristo” é um conceito primário ou mais abrangente em Paulo, ao passo que “ser justificado” é secundário ou menos abrangente: “Uma cratera auxiliar, que foi formada dentro da cratera principal – a doutrina mística da redenção através do ‘estar em Cristo’” (SCHWEITZER, 2006 [1931], p. 289; LEENHARDT, 1969, p. 21). Isso parece se confirmar pela abrangência do uso de “em Cristo”. “Estar em Cristo”, em suas diferentes formulações, como “nele”, “no Senhor”, etc., aparece mais de 160 vezes nas epístolas de Paulo, mas a doutrina da justificação aparece, com destaque, apenas em Gl, Rm e em Fl. Se esse for o caso, então Paulo pensa mais em termos de uma incorporação em Cristo do que em termos de justificação.

Com a sua apresentação, Schweitzer contribuiu para a teologia moderna, pois, segundo Wright, ele deixou quatro perguntas que sempre são feitas sobre Paulo e as quais os estudos paulinos geralmente tentam responder:

1. Onde colocamos Paulo na história da religião do primeiro século?
2. Como entendemos sua teologia, e a base e o centro de seu pensamento?
3. Como interpretamos as cartas, extraindo o que Paulo escreveu em cada uma delas (os especialistas a chamam “exegese”, diferenciando de “eisegese”, que quer dizer dar uma nova interpretação diferente à intenção real de Paulo)?
4. Qual é o benefício, o resultado, para nossa própria vida e obra atualmente? (WRIGHT, 2002, p. 20).

Sanders, o precursor da chamada “Nova Perspectiva sobre Paulo”, que atualmente domina os estudos paulinos (ABBOTT, 2004, p. 1), concorda com os argumentos de Schweitzer (CARSON, 2000, p. 95) e apresenta a justificação pela fé como sendo apenas uma terminologia jurídica de importância inferior na teologia de Paulo. Para Sanders (1990,

p. 17), existem outras convicções centrais expostas por Paulo que são identificáveis, tais como:

Que Deus enviou Jesus Cristo para a salvação de todos; que a salvação é, assim, posta ao alcance de todos, seja judeus, gregos, na mesma base (“fé em Cristo”, “morrer com Cristo”); que o Senhor voltará em breve; que ele, Paulo, foi chamado por Deus para ser apóstolo dos gentios; que os cristãos devem viver de acordo com a vontade de Deus (SANDERS, 1990, p. 17).

Segundo Sanders (1990, p. 17), existe “diferença considerável entre o centro do pensamento e a *terminologia* central pela qual Paulo analisa a passagem do estado de não-salvo para o estado de salvo”, i.e. da justificação pela fé. Para ele, a justificação pela fé e a participação em Cristo são dois termos que apontam para a mesma realidade. Porém, para ele, a expressão “participação em cristo” diz mais sobre como Paulo pensava. Ele apresenta a religião de Paulo como sendo mais propriamente caracterizada como participacionista escatológica, uma vez que considera que o judaísmo palestino pode ser descrito como concerto legal (AAGESON, 2000, p. 250).

Sanders “causou profundo impacto nos estudos paulinos” (CARSON, 2000, p. 95). Sanders (1977) se propõe a um estudo comparativo entre o sistema de salvação do Judaísmo da Palestina no século I e aquele proposto por Paulo. Ele se utilizou da literatura produzida a partir do século III pelos fariseus para concluir que o judaísmo da Palestina não era uma religião que buscava acumular méritos diante de Deus e nem os fariseus eram pessoas cheias de justiça própria (SANDERS, 1977, p. 239; LOPES, 2000, p. 17).

Sanders (1977, p. 259) declara que a opinião tradicional de que São Paulo se opôs ao legalismo rabínico resulta de uma leitura equivocada do Judaísmo e do pensamento do apóstolo, e que os cristãos, inclusive Lutero e os teólogos da Reforma, consistentemente interpretaram mal tanto o Judaísmo do primeiro século como também o relacionamento de Paulo com ele (ANDERSON, 2008, p. 7; LOPES, 2000, p. 17). Ele

propõe que se releia Paulo, não como alguém que era contra o legalismo ou as obras da lei, ou contra o Judaísmo, mas como alguém que está simplesmente preocupado em ter seus convertidos dentro da igreja sem as obras da lei, i.e. que os gentios convertidos, não pratiquem mecanicamente as ordenanças judaicas, mas que busquem a essência de sua recente fé (SANDERS, 1977, p. 280).

Ele também argumenta que a ênfase que o Protestantismo deu sobre a justificação, entendida como o ato de Deus declarar o homem como portador de um novo *status*, ou seja, como perdoado, passa por alto o tema marcado pela ativa “participação em Cristo” nas cartas de Paulo (THOMPSON, 2002, p. 8; SAYÃO, 2007; HOWELL, 1994, p. 51).

O posicionamento de Sanders quanto a sua forma de compreender a teologia judaica e a visão que Paulo tinha dela pode ter sido tendenciosa:

Há quem argumente que a descrição que Paulo faz das ideias farisaicas sobre o tema não se ajusta a sua realidade. Muito do interesse nesse tipo de revisão se centraliza na possibilidade de melhorar as relações entre o protestantismo evangélico e a sinagoga, reinterpretando o Novo Testamento de modo que resulte menos ofensivo a esta última (CAIRUS, 1993, p. 32-33).

Além disso, Lopes (2000, p. 18; 2006, p. 85-86) apresenta várias fraquezas que têm sido apontadas na teoria de Sanders:

1. A distinção que faz entre “ser justificado diante de Deus” (que, para ele, não era a preocupação nem de Paulo nem dos judeus no século I) e “entrar no povo de Deus” permanece sem uma justificativa ou explicação clara.

2. Existem alegações de que Sanders tenha manipulado as informações recolhidas das fontes rabínicas, pois omitiu evidências de que o Judaísmo palestino era, de fato, legalista. Exemplo dessas omissões incluem as passagens nas fontes midráshicas antigas e do rabinismo antigo, dos Tannaim e Talmud. A respeito disso, Cairus comenta que:

É claro que surgem problemas quando pretendemos fechar alguns documentos rabínicos em particular, ou ao interpretar certas expressões teológicas contidas neles. Mediante um estudo mais amplo do sistema de ideias e de sua distribuição em uma variedade de documentos, podemos formar uma ideia clara do mesmo e da época em que adquiriu vigência.

Esse tipo de estudo das obras rabínicas antigas mostra, com segurança, que as concepções da salvação que Paulo afirma que eram correntes no farisaísmo correspondem à realidade de sua época (CAIRUS, 1993, p. 51).

3. Sanders também presume que o Judaísmo da Palestina era uma religião cujos ramos e variantes tinham a mesma opinião sobre fé, obras e o pacto, algo que simplesmente não pode ser provado. Lopes afirma que havia muitas e diversas “denominações” dentro do Judaísmo do século I, como farisaísmo, saduceísmo, zelotismo, apocalipticismo, etc.

4. A tese de Sanders acaba por assumir que ele sabe mais sobre o Judaísmo do século I do que Jesus e Paulo. Se Sanders está certo, então Jesus e Paulo estão errados, pois ambos se referiram aos judeus da sua época como procurando justificar-se diante de Deus arrogantemente mediante as obras da Lei.

5. As fontes usadas por Sanders para reconstruir o sistema de salvação judaico no século I datam de pelo menos 200 anos após Paulo ter escrito suas cartas. Muito embora os judeus sejam conhecidos pela fidelidade em transmitir a tradição oral, fica difícil aceitar que, após a destruição do templo em 70 d.C. e o exílio e dispersão dos judeus em 125 d.C., o Judaísmo tenha permanecido o mesmo. As fontes de Sanders refletem, com certeza, o Judaísmo do século III em diante, mas ainda precisa ser demonstrado se refletem acuradamente o Judaísmo do século I.

Thompson (2002, p. 7-8), Carson (2000, p. 97) e Stott (2000, p. 26) também criticam Sanders como sendo seletivo no uso de seus dados, impondo um padrão que não surge naturalmente dos textos judaicos. Por isso, consideram que ele foi aparentemente arbitrário. Apesar das

críticas feitas ao pensamento de Sanders, Bassler (2007, p. 25) participa de sua opinião de que “Paulo teve uma vista mais pessimista da natureza humana do que a maioria de seus contemporâneos judeus, enfatizando uma imagem mais poderosa da graça divina”.

Desde a Reforma, prevalecia a ideia de que Paulo, durante toda sua vida, sempre teve problemas com a Lei de Deus, antes e depois da sua conversão (LOPES, 2000, p.16). Essa interpretação tradicional foi seriamente questionada por Stendahl (1963), teólogo que já era conhecido por discussões a respeito da hermenêutica bíblica (ADAM, 1995, p. 76-86). A questão central, para Stendahl, era se os temas principais que Lutero promovia eram realmente aqueles que estavam sendo arguidos nos escritos de Paulo. Stendahl (1963, p. 204-205) arrazoava que aquilo que continuava a ocupar a atenção dos teólogos ocidentais nos estudos paulinos, a saber, a doutrina da justificação pela fé, era, para o apóstolo, somente periférico, e o que lhe era central é como os gentios são admitidos no Corpo de Cristo bem como o papel dos judeus e gentios dentro da história da salvação (STENDAHL, 1963, p. 199-215). Stendahl (1963, p. 200) não apresenta Paulo como um fariseu em conflito interior com o pecado, alegando que essa ideia foi disseminada posteriormente por Agostinho quando teria feito com que a justificação fosse enfatizada. Para Stendahl (1976, p. 20-28), “o clímax de Romanos encontra-se nos capítulos 9 a 11, nas reflexões que faz sobre a relação da igreja, sinagoga e o povo judeu”.

Stott (2000, p. 20) declara que Stendahl fez uma correção necessária, pois, segundo ele, a justificação pela fé realmente não é a única preocupação de Paulo na carta. Contudo, objeta que Stendahl fez uma “antítese desnecessariamente nítida”, pois não se pode colocar os capítulos iniciais de Romanos como apenas um “prefácio”, já que o apóstolo trata nos capítulos 1-8 de temas tão importantes quanto os demais. Além disso, Stott (2000, p. 21) contesta seu posicionamento

de que a ênfase nesse tema seja devida à consciência mórbida da igreja ocidental. Stott alega que é o próprio Paulo e não Agostinho ou Lutero que estabelece a culpa humana em termos universais e indesculpáveis em Romanos 1:8-3:20 e demais textos (STOTT, 2000, p. 21).

Mais recentemente, Ladd (1975, p. 443), não se preocupando em apresentar um tema principal nos escritos de Paulo, sugeriu que ambos os temas: justificação pela fé e participação em Cristo, são unificados na abordagem feita por Paulo da nova era em Cristo. Com isso, sugeriu que a justificação, por ter seu aspecto declarativo (forense), participa dos eventos escatológicos. Afirma ainda que “tanto a justificação, a absolvição através do juízo vindouro, como a dádiva do Espírito Santo pertencem ao Século Vindouro, mas tornaram-se objetos de experiência presente para o homem em Cristo” (LADD, 1975, p. 443).

Apesar da aceitação frequente do posicionamento de Ladd quanto às questões do Novo Testamento, Carson comenta:

...apesar de tratar admiravelmente a vastíssima literatura disponível e habilmente delinear os temas principais em cada obra que faz parte do NT, Ladd sequer tenta apresentar a prometida unificação dos resultados de sua teologia (CARSON, 2001, p. 18).

Aparentemente, como Ladd, Morris (2003, p. 29) não tenta unificar os temas da justificação e participacionismo, mas apresenta a teologia do apóstolo Paulo na carta aos Romanos centrada na doutrina de Deus. Para isso, ele utiliza como argumento o fato de Paulo ser o autor neotestamentário que se refere a Deus com “frequência surpreendente”. Segundo ele (2003, p. 29), Paulo é o responsável por mais de 40 por cento de todas as referências a Deus no Novo Testamento. Das 1314 referências, 548 se encontram nos escritos paulinos, e no que diz respeito à carta de Romanos, “ele usa a palavra *Deus* 153 vezes, em média uma vez a cada 46 palavras.” Quanto à frequência das demais palavras ele comenta:

Em Romanos, as únicas palavras que Paulo usa com mais frequência do que “Deus” são o artigo definido, *καί* (“e”), *ἐν* (“em”) e *αὐτός* (“ele”).

Mesmo palavras muito comuns com $\delta\acute{\epsilon}$ (“mas” ou “e”) e o verbo “ser” são usadas com menos frequência. Dos conceitos teológicos importantes nesta carta, o próximo mais frequente é a “lei” com 72 ocorrências, bem mais atrás. Depois vêm “Cristo” (65 vezes), “pecado” (48), “Senhor” (43) e “fé” (40). As estatísticas não significam tudo, mas devemos estar cientes de que Paulo usa a palavra “Deus” com frequência incomum (MORRIS, 1970, p. 251).

Para Morris (2003, p. 30), Paulo era um “monoteísta rígido”, dominado pelo pensamento acerca de Deus no qual se baseava ao tratar de todos os assuntos abordados em suas cartas e epístolas. De acordo com sua apresentação, a concentração de “Deus” em Romanos é notável. Em nenhum livro das Escrituras, Deus é centralizado de tal maneira como neste; “fundamentalmente Romanos é um livro sobre Deus” (MORRIS, 1970, p. 252).

Sua exposição sobre a teologia de Paulo fundamentada em “Deus” é descrita nos subtemas: a natureza de Deus, a salvação realizada por Deus pelo homem, revelação de Deus, a punição e Deus, a justiça e o julgamento divino, Deus atuando na resposta humana e Deus como o centro da vida (MORRIS, 1970, p. 252-262).

Sua abordagem não isenta os demais temas descritos nos escritos paulinos, mas Morris diz que “Romanos é um livro acerca de Deus, e nós devemos carregar esse fato na mente, sempre que formos interpretar o que Paulo diz. Se não corremos o risco de desconsiderar algumas das coisas maravilhosas que ele diz” (MORRIS, 1970, p. 263).

Existem, ainda, discussões sugerindo centros tão diversos para a teologia paulina quanto: a universalidade da graça (RICHARDSON, 1992, p. 109), a necessidade da fé ou da reconciliação, a morte e ressurreição de Cristo (SANDERS, 1991, p. 66; STOTT, 1994, p. 36), as questões básicas de eleição e a lei (WEISS, 2005, p. 15-17; FURNISH, 1994, p. 17), a unidade de Deus, o evangelho e possivelmente outros (CARSON, 2000, p. 89; WENHAM et al., 2000, p. 5; LADD, 1975, p. 443; HAMILTON, 2006, p.11; TENNEY, 1972, p. 286).

CONCLUSÃO

É possível até que a teologia paulina não possua um centro único, que o máximo que pode ser feito seja assinalar temas recorrentes dentro de diversos temas distintos, que por vezes acabam entrando em tensão (ver CARSON, 2001, p. 68-69). Em um seminário internacional, a Society of Biblical Literature tentou unificar a teologia de Paulo, de forma que seus participantes pudessem chegar a um consenso, mas a tentativa foi sem sucesso. Declarou-se que o resultado da iniciativa em descobrir o centro da teologia de Paulo, depende da metodologia utilizada (MCRAVY, 2000). Um resumo da teologia paulina acaba invariavelmente sendo uma sistematização do pensamento do apóstolo numa forma em que ele mesmo não o apresentou (SCHREINER, 1998, p. 642).

Se tal sistematização forçasse seu [de Paulo] pensamento na direção de outras categorias, ou se procurasse simplesmente alinhar argumentos comprovantes em favor de um sistema teológico, de inspiração diferente, seria de pouco valor. Uma síntese do pensamento de Paulo deve respeitar suas categorias tanto quanto possível, dando margem à intensidade variada de suas afirmações e à diversidade de contextos em que ele as formulou (FITZMYER, 1970, p. 14).

Não importa que tipo de resumo se dê à teologia de Paulo, nem mesmo que respostas se deem às perguntas formuladas por Schweitzer, ele não só pretenderá determinar o que Paulo queria dizer quando escrevia aos cristãos, mas também pretenderá avaliar o que sua teologia significa para os cristãos de hoje (WRIGHT, 2002, p. 20). Diante disso, deve-se sempre levar em conta a possibilidade de Paulo ter escrito sua epístola com múltiplos temas, os quais a fazia gravitar em torno de um eixo flexível.

REFERÊNCIAS

- AAGESON, James W. **Paul and judaism: the apostle in the context of recent interpretation**. St. Paul, MN: Word & World, Luther Seminary, 2007. Disponível em: <http://www.luthersem.edu/word&world/Archives/20-3_Galatians/20-3_Aageson.pdf>. Acesso em: 05 out. 2007.
- ABBOTT, Marcos. ¿Se equivocó Lutero? **Cristianismo Protestante**. Madrid. v. 2, n. 14, p. 28-33, 2004.
- ADAM, A. K. M. **Making sense of New Testament theology: “modern” problems and projects**. Georgia: Mercer, 1995.
- BASSLER, Jouette M. **Navigating Paul: an introduction to key theological concepts**. Louisville: Westminster John Knox, 2007.
- BERKOUWER, G. C. **Faith and justification**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1977.
- BORG, Marcus J. **Reading the Bible again for the first time**. San Francisco: Harper, 2001.
- CAIRUS, Aécio E. **La epístola a los romanos**. Villa Libertador San Martín, Entre Ríos: Universidade Adventista del Plata, 1993.
- CALVINO, João. **Romanos**. Trad. Valter Graciano Martins. São Paulo: Parakletos, 2001 [1540].
- CARSON, D. A. **Right with God: justification in the Bible and the world**. Published on behalf of the World Evangelical Fellowship. Electronic edition. Grand Rapids: Baker, 2000.
- _____. **Teologia bíblica ou teologia sistemática: unidade e diversidade no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- CASALEGNO, Alberto. **Paulo: o evangelho do amor fiel de Deus, introdução às cartas e à teologia paulinas**. São Paulo: Loyola, 2001.
- DAVIES, W. D. **Paul and the rabbinic judaism**. New York: Publishers Incorporated, 1965.
- FITZMYER, Joseph A. **Linhas fundamentais da teologia paulina**. São Paulo: Paulinas, 1970.
- FURNISH, Victor Paul. On putting Paul in his place. **Journal of Biblical Literature**. Atlanta, v. 113, n. 1, p. 3-17, 1994.
- GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- GONZÁLEZ, Justo L. **E até os confins da terra: uma história ilustrada do cristianismo**. São Paulo: Vida Nova, 1995. v. 6.

HÄGGLUND, Bengt. **História da teologia**. Porto Alegre: Concórdia, 1973.

HAMILTON, JR., James M. The center of biblical theology: the glory of God in salvation through judgment. **Tyndale Bulletin**. Cambridge, v. 57, p. 57–84, 2006.

HASEL, Gerhard F. **Teologia do Novo Testamento**: questões fundamentais no debate atual. Rio de Janeiro: JUERP, 1988.

HOWELL Jr., Don N. The center of pauline theology. **Bibliotheca Sacra**. Dallas, v. 151, n. 601, p. 50-71, jan.–mar., 1994.

JEDIN, Hubert. **Manual de historia de la iglesia**. Barcelona: Herder, 1986.

KÄSEMANN, Ernst. **Perspectivas paulinas**. São Paulo: Teológica, 2003.

LADD, George Eldon. **A theology of the New Testament**. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.

LEENHARDT, Franz J. **Epístola aos romanos**: comentário exegético. São Paulo: ASTE, 1969.

LOPES, Augustus Nicodemos. **Teologia paulina**. São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://www.icegob.com.br/marcos/apostila.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2008.

LENSKI, R. C. H. **The interpretation of St. Paul's epistle to the Romans**. Columbus, Ohio: Wartburg, 1945.

MAIER, G. **The end of the historical-critical method**. St. Louis: Concordia, 1977.

MARTINA, Giacomo; MOREIRA, Orlando Soares. **História da igreja**: de Lutero aos nossos dias. São Paulo: Loyola, 1997. v. 1.

MCRAE, John. **Paul in recent research**. Cheyenne, WY: Mark Elliott, 2000. Disponível em: <http://www.bibleinterp.com/articles/Paul_recent_research.htm>. Acesso em: 05 de Outubro de 2007.

MORRIS, Leon. **Apostolic history and the Gospel**. Exeter: The Paternoster Press, 1970.

PALEY, Guillermo. **Las epistolas de Pablo**. Barcelona: CLIE, 2002.

RICHARDSON, William E. **Paul among friends and enemies**. Boise, Idaho: Pacific Press, 1992.

RIDDERBOS, Herman. **El pensamiento del apóstol Pablo**. Buenos Aires: Certeza e Escaton, 1979. v. 1.

SANDERS, E. P. **Paul and Palestinian judaism**. Philadelphia: Fortress, 1977.

_____. **Paulo, a lei e o povo judeu**. São Paulo: Paulinas, 1990.

_____. **Paul**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SAYÃO, Luiz. Paulo! por que o perseguem? **Enfoque Gospel**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaenfoque.com.br/index.php?edicao=66>

&Matéria=647>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

SCHAFF, Philip. **The creeds of christendom**: with a history and critical notes. Grand Rapids: Baker Books, 1998. v. 1.

SCHELKLE, Karl Hermann. **Teologia do novo testamento**: sua história literária e teológica. São Paulo: Loyola, 1977.

SCHREINER, Thomas R. Reading Romans theologically: a review article. **Journal of The Evangelical Theological Society**. Lynchburg, n. 41, v. 4, dez., p. 641–650, 1998.

SCHWEITZER, Albert. **O misticismo de Paulo, o apóstolo**. Trad. Paulo Arantes e Judith Arantes. São Paulo: Fonte, 2006 [1931].

SCROGGS, Robin. **Paul for a new day**. Philadelphia: Fortress, 1977.

STENDAHL, Krister. The apostle Paul and the introspective conscience of the west. **Harvard Theological Review**. Cambridge, MA, v. 56, n. 3, jul., p. 199-215, 1963.

_____. **Paul among Jews and gentiles and other essays**. Philadelphia: Fortress, 1976.

STOTT, John R. W. **The message of Romans**. Leicester: Inter-Varsity, 1994.

_____. **Romanos**. São Paulo: ABU, 2000.

TENNEY, Merrill C. **O Novo testamento**: sua origem e análise. São Paulo: Vida Nova, 1972.

THOMPSON, Michael B. **La nueva perspectiva de Pablo**. Grove Biblical Series 26. Cambridge: Grove, 2002. Disponível em: <<http://www.notasteologicas.net/>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2008.

_____. **The new perspective on Paul**. Cambridge: Grove Books, 2002.

WENHAM, G. J. et al. **Nuevo comentario biblico**: siglo veintiuno. El Paso, TX: Casa Bautista de Publicaciones, 2000.

WEISS, Herold. Liberdade e nacionalismo: uma perspectiva paulina. **Diálogo Universitário**. Silver Spring, v. 7, n. 5, p. 15-17, 2005.

WILES, Virginia. **Making sense of Paul**. Peabody, MA: Henderickson, 2000.

WRIGHT, N. T. **El verdadero pensamiento de Pablo**: ensayo sobre la teologia paulina. Barcelona: CLIE, 2002.